



**16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**  
**Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”**  
**Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019**

**Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidade**

**Sub-Eixo: Ênfase em Raça e Etnia**

**DO ESCRAVISMO À CONDIÇÃO/SITUAÇÃO<sup>1</sup> DE RUA: EXPRESSÕES  
HISTÓRICAS DA QUESTÃO SOCIAL**

**Evens Pierre<sup>2</sup>**

**Resumo:** Problematizamos a herança escravista com o perfil majoritariamente negro da população em condição de rua no Brasil e sua tardia e frágil política social. Para tanto, relacionamos a revisão de literatura com a caracterização nacional feita pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, permitindo entender que a condição/situação de rua no país é ligada à subalternização racial histórica.

**Palavras-chaves:** Questão Social, escravismo, população em condição/situação de rua

**Abstract:** Slave heritage is problematized by the mainly black profile of the street population in Brazil and its late and fragile social policy. Hence, literature review is compared to the national identification, made by the Ministry of Social Development and Fight against Hunger, leading to the perceptive that the street condition/situation in the country is linked to historical racial subalternization.

**Keywords:** Social Issues - Slavery - Population in street condition/situation

**Palavras iniciais**

A construção deste estudo é parte integrante das atividades que mobilizam as competências da formação em Serviço Social junto ao Grupo PET/Conexões de Saberes “Literatura e Cultura como espaços da integração da Universidade no projeto latino-americano” e a disciplina Serviço Social e Questão Social. Consideramos esta relação pedagógica como espaço de circulação das aprendizagens com fundamentação teórico-crítica, embasando a compreensão da materialidade social para uma formação consequente com o agir profissional.

Nesse sentido, é importante expor que, o que se compreende por “questão social”, está em consonância com a afirmativa seguinte:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008 p.77)

<sup>1</sup> Entendemos que há uma dupla dimensão, situação/condição de rua. Conforme Ouriques (2016), por falta de condição de vida, muitas pessoas se encontram em condição de rua e fazem da rua seu espaço de moradia e sustento. Por outro lado, a rua representa para outras liberdade, paz, ali, elas não se sentam presas ao sistema capitalista.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, E-mail: evenspierre366@gmail.com.

É significativo pontuar que a questão social passou a ser denominada como tal, a partir da propriedade privada, um fato historicamente inventado. O divisor de águas foi a revolução industrial, que levou às grandes mudanças “econômicas, políticas e sociais na Europa no Século XVIII, afetando seriamente a vida das populações” (PINHEIROS E DIAS, 2009, s/p). A partir disso, com o desenvolvimento industrial e as relações sociais dele decorrentes, crescentes parcelas da população na sociedade capitalista vêm sofrendo de um conjunto de problemas vinculados às condições modernas ligadas ao pauperismo como fato socialmente produzido.

A questão social é uma categoria elucidativa da completude social, da contradição existente entre a burguesia e o proletário. “Ela desvenda as desigualdades sociais, políticas, econômicas, culturais, bem como coloca a luta pelos direitos da maioria da população, ou, como os homens resistem à subalternização, à exclusão, e à dominação política e econômica” (MACHADO 1999, p.44”).

Perceber a população em condição/situação de rua como expressão da questão social, a partir de um recorte racial no Brasil, é a temática central deste estudo. Considera-se que esta relação impacta em diversos aspectos na vida da população negra em condição/situação de rua até os dias atuais.

Nesse sentido, o procedimento metodológico utilizado foi a pesquisa bibliográfica, a fim de apresentar e problematizar acerca do tema proposto. Em um primeiro momento, será realizada uma conceitualização sobre a população de rua como expressão da questão social; em seguida, contextualização para pensar *do escravismo à condição de rua*; demarcada sobre o recorte racial e seus aspectos; por último, *palavras finais*, uma reflexão crítica sobre a dupla dimensão da situação/condição de rua como fragilização e como marca de resistência.

## **1. POPULAÇÃO EM CONDIÇÃO/SITUAÇÃO DE RUA COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL**

O frio, a fome, a discriminação, a violência (física e psicológica, etc.), a invisibilidade social são expressões que se colocam à população que vive na rua. Trata-se de um acontecimento mundial que remete à chegada das sociedades pré-industriais da Europa, aos camponeses desapropriados das suas terras, que foram obrigados a migrar para as cidades, onde passaram a viver em situação de extrema pobreza e lutar pela sobrevivência. “Os moradores de rua são tratados com compaixão, ora com repressão, preconceito, indiferença e violência” (FRANCISCO *apud* PRATES, PRATES E MACHADO, 2011, p. 206)

Para Lopes da Silva “[...] esse fenômeno é uma expressão radical da questão social, vinculado à formação de uma superpopulação relativa, [...] das mudanças na composição ocupacional e da estrutura do desemprego” (2006, p. 09). Em outras palavras, essa nova forma de produção capitalista dará lugar a essa expressão da questão social, marginalizando a população desabrigada que vive na extrema pobreza, com a restrição das oportunidades de emprego, desenvolvendo um processo de exclusão social. De acordo com Prates, Prates, Machado (2011, p. 198) baseado na leitura do Paugam (1999): “[...] a desqualificação social, uma das faces do processo de exclusão, é humilhante e interfere na qualidade de relações, incitando o fechamento do sujeito sobre si mesmo e a perda de referências”.

Vale dizer que a contradição entre as classes nessa sociedade é a explicação da pobreza, e para entender os contornos das expressões da questão social, é importante destacar que essas contradições são vinculadas ao modo de produção capitalista e às lutas de classes. Sendo assim, “[a] população em situação de rua é uma expressão incontestada das desigualdades sociais resultantes das relações sociais capitalistas, que se desenvolvem a partir do eixo capital/trabalho” (LOPES DA SILVA, 2006, p.21).

Nesse sentido, entendendo os aspectos macro da população em condição/situação de rua como expressão da Questão Social, é importante também a compreensão do termo “cidade”, pois é o espaço onde se (re) produzem as relações sociais. Essa manifestação da questão social na cidade é uma realidade concreta e sensível.

A cidade é um espaço construído diariamente através de tarefas, de artesanato, das relações que estabelecemos entre os diferentes sujeitos da sociedade que diariamente andam e agem em espaços como ruas, escritórios, parques, restaurantes, casas, pontes, avenidas, edifícios em construção, ruínas, armazéns, etc.

A cidade é o espaço concreto da reprodução das contradições múltiplas e condições injustas de vida, onde as relações de trabalho e entre as pessoas tornam-se também mercadoria, visto que estão inseridas no sistema capitalista de produção. É o campo onde se objetivam as relações materiais de produção, que produzem e reproduzem as relações sociais entre os sujeitos.

A população em condição/situação de rua é “vista como determinação, uma situação social pouco apresenta em termos de perspectivas de superação (PRATES, PRATES, MACHADO, 2011, p.194)”. Esta população foi excluída e perdeu ligações com a comunidade “formal”, com o mundo do trabalho, família, convenções e normas sociais, certos costumes e relações institucionais. A pobreza se torna ainda mais visível, incômoda, e passa a ser reconhecida como um risco social.

Esta realidade é a tangível evidência dolorosa da nossa sociedade injusta, desigual e sem equidade. Sendo assim, a manifestação da Questão Social é mostrada como uma espécie de insistente grito de rebeldia, desacordo, desaprovação, diante de muitas práticas e realidades sociais, deveriam ser confrontadas e erradicadas.

Compreendemos a partir da realidade brasileira, essa exclusão social e vulnerabilidade social como um fato histórico e responsabilidade do Estado.

## **2. A POPULAÇÃO EM CONDIÇÃO/SITUAÇÃO DE RUA: UMA QUESTÃO RACIAL**

A ideia de superioridade de uma raça ou etnia sobre outra ainda assola grande parte da humanidade. Apodera-se do direito de escravizar, de matar, eliminando completamente povos e culturas. Os (as) negros (as) africanos (as) ao longo de séculos foram aprisionados (as), expatriados (as) por diversos países no mundo. No Brasil, a escravidão foi oficialmente abolida no final do século XIX. Apesar da escravidão hoje ser considerada como um ato intolerável, os vestígios deixados por ela ao longo da história ainda estão presentes.

No Brasil, como afirma Pierre (2018, p.4) “A Nova República foi aprazada pela construção de um sistema político baseado na desigualdade racial e não na hegemonia da sociedade”. Os negros terão que lutar agora não contra a escravidão, mas contra o racismo.

No momento da abolição, foram suprimidas as barreiras formais que a escravidão oferecia à competição dos negros com os brancos pelas posições sociais. Mas quando os portões são abertos e se faculta aos negros o ingresso na corrida, os brancos já estão quilômetros adiante. Essa é a condição inicial. Para que os negros superem a desvantagem imposta por ela, é preciso que, a cada geração, percorrem uma distância maior do que a percorrida pelos brancos. Se não conseguem fazê-lo, a desigualdade racial existente no momento da abertura dos portões persiste (OSÓRIO, 2007, p. 66).

Deste modo, afirma Elisa Lucinda (2018, S/P), que o racismo é como uma metástase que tomou todo o corpo brasileiro. A Questão Racial se faz, portanto, presente em todo canto e o “[...] racismo tem operado no arranjo marginal dos indivíduos negros, e, apesar de notória essa realidade, a classe dominante insiste em esconder-se sob o discurso da democracia racial”. Tal discurso, segundo Ahlert e Pierre (2018, s/p) “dificulta o reconhecimento desse sistema de desigualdades baseado na questão racial e do gênero, escamoteia a existência de conflitos sociais e, portanto, naturaliza as desigualdades sociais e limita avanços nas políticas públicas”.

Como resultado da revolução industrial, a abolição da escravatura, além de transfigurar o modo de produção, estimula necessidade da ampliação do mercado

consumidor. A abolição da escravidão deixou nas ruas milhares de ex-escravos(as) sem moradia, emprego, com muitas restrições e sem condição de sustentar-se.

Conforme Teles de Cerqueira (2011, p.70) “O fim da escravidão, portanto, refletiu de forma significativa nos primeiros movimentos das pessoas em direção às ruas no Brasil”, ou seja, a abolição foi relevante para o rumo das pessoas em condição/situação de rua, sendo relacionadas à população negra.

Essa exclusão social, com o passar dos anos, mostraria a mais dura realidade das pessoas em condição/situação de rua, e a naturalização desta realidade. Em 2007/2008, 119 anos depois da abolição da escravidão, foi realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) uma Pesquisa Nacional da População em Situação de Rua em 70 municípios com mais de 300.000 habitantes. A pesquisa aponta que o Brasil possuía cerca de 50 mil pessoas em situação de rua, das quais 82% são de sexo masculino e **67% são negros**. Embora apenas 18% sejam mulheres, é necessário salientar que a situação das mulheres na rua é ainda mais complexa que a dos homens (BRASIL, 2018).

Na reflexão de Ahlert e Pierre (2018, s/p) “As diferenças relacionadas à raça no Brasil nos separam desde a escravidão até os dias de hoje. Os privilégios foram construindo a base de opressão, e estão na origem das políticas públicas no país”. Políticas que revelam os esforços e as lutas da população em condição/situação de rua.

No Brasil, somente a partir da década de 1980, com a abertura política e a promulgação da Constituição Federal de 1988, essas pessoas têm conseguido espaço na busca de melhores condições de vida, colocando suas demandas na agenda pública. Uma das suas mais recentes conquistas é a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR), promulgada em 2009, que busca integrar diferentes setores das políticas públicas no atendimento a essa população (CRP-MG, 2015).

Compreendemos que a questão social apresenta expressões que mesclam aspectos raciais, regionais e culturais, ligados com o desenvolvimento econômico, políticos. Desta forma, a pobreza no Brasil tem característica, ou melhor, ela está vinculada, não somente a um viés de classe, mas fortemente também por um recorte racial e os (as) negros(as) e os (as) indígenas, são sujeitos que historicamente menos direitos puderam e podem acessar.

Outro ponto relevante a ser exposto é que a “[...] questão do trabalho está vinculada ao imaginário social acerca do morador de rua, permeado por discriminação e estigmas” (PRATES, PRATES e MACHADO, 2011, p.204), mas a pesquisa do MDS, apresentado acima, explanou que a população em condição/situação de rua é mesclada na sua grande parte por trabalhadores, onde 70,9% exercem alguma atividade remunerada. Apenas 15,7% pedem dinheiro como principal meio para a sobrevivência (BRASIL,2018).

Sobre isso, Wanderley (2011, p.97, *apud* AHLERT e PIERRE, 2018, S/P) reitera que “[...] a situação dos negros se manifesta como uma questão social geminalmente, por problemas econômicos quanto ao seu custo e produtividade”. Tal situação está correlacionada ao descomprometimento do Estado frente às suas responsabilidades, como a garantia de direitos sociais.

Diante dessa conjuntura, é “necessário entender que o processo de trabalho do Assistente Social é permeado pelas relações capitalistas em todos os âmbitos” (BABIUK E FACHINI,2015,s/p). Para além disso, “é fundamental a compreensão do movimento contraditório, uma vez que a profissão está inserida na sociedade capitalista, que é antagônica e constituída por relações desiguais de poder” (BABIUK E FACHINI,2015,s/p). como assistente social devemos buscar entender o significado do social, sempre se inserindo entre os que está defendendo, a minoria. Entender o significado social é compreender a totalidade social, os fundamentos da vida social (capitalismo) e sua particularidade na Brasil.

### **Palavras finais**

A população em condição/situação de rua, um grupo heterogêneo, conforme vimos nos itens anteriores, possui em comum a pobreza extrema e a ausência da moradia regular. A desumanidade de um modo de vida que lembra a fragilidade da condição humana, expressada na doença, não raro na falta de condição para seu asseio, solidão, loucura, às vezes, falta de autocuidado físico e emocional, agressão, falta de recursos econômicos que garantam, por exemplo, uma casa, um emprego estável, etc.

Mas, ao mesmo tempo, eles também carregam a mesma contradição da questão social, pois, são um sinal de força e resistência em face da inclemência das condições de sobrevivência e da luta incessante dos que não são donos dos meios de produção.

Existem algumas ações estratégicas previstas pela Política Nacional para inclusão Social das pessoas em condição/situação de rua.

Na área de assistência social, ressalta-se a estruturação de informações e indicadores acerca desse segmento populacional ,sua inclusão no cadastro único, no Benefício de Prestação Continuada (BPC) e no programa Bolsa Família (PBF), além da promoção de oportunidade de trabalhos e acesso à capacitação profissional e educação (PRATES,PRATES E MACHADO, 2011,P.209).

Vale reiterar, portanto, que “assim como qualquer política nos marcos da sociabilidade burguesa” conforme CFESS (2016, p.,15 *apud* AHLERT e PIERRE, 2018, s/p) no que se refere a sua amplitude e impacto, “possuem suas limitações”. É significativo enquanto falamos e lutamos pela Política Nacional para inclusão social das pessoas em

situação de rua, concomitantemente devemos nos envolver nas lutas pelas reconstruções dos serviços públicos.

O (a) profissional do Serviço Social, no âmbito da defesa de direito da população, é chamado(a) a intervir em diversas expressões da questão social que são transversalizadas por questões de raça, classe, sexo, etc. Por isso, é importante compreender como se configura a vida material, e a partir dela, as relações entre as classes sociais. Como somos profissionais do âmbito da reprodução das relações sociais, precisamos entender essas relações para poder intervir de forma favorável aos interesses da classe subalterna. Precisamos saber, a partir dessa análise mais ampla das relações sociais, para que trabalhamos, aos interesses de quem servimos. Só assim desvendamos o significado do nosso trabalho e podemos imprimir direção social e política na nossa intervenção, no sentido de fortalecer os interesses dos(as) trabalhadores e dos(as) oprimidos(as).

No caso da população em condição/situação de rua, sobretudo negra, o Brasil iniciava, ainda que tardiamente, a responder com políticas públicas dedicadas a este segmento social, quando o país entra na era Temer e Bolsonaro. A luta será, com seus retrocessos nos direitos, redobrada.

## REFERÊNCIAS

BABIUK , Graciele Alves e FACHINI ,Flávia Granzotto : **ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: ENTRAVES E AVANÇOS PARA FORMAÇÃO PROFISSIONAL**. Florianópolis / SC, outubro 2015. Disponível em <[http://seminarioservicosocial2017.ufsc.br/files/2017/05/Eixo\\_2\\_269\\_2.pdf](http://seminarioservicosocial2017.ufsc.br/files/2017/05/Eixo_2_269_2.pdf)>. Acesso em 2019

BRASIL. **Aprendendo a contar**: Pesquisa Nacional sobre a População em situação de Rua. Brasília, DF: MDS,2008a. Disponível em:<[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Livros/Rua\\_a\\_aprendendo\\_a\\_contar.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_a_aprendendo_a_contar.pdf)>. Acesso em: outubro 2018.

CORREA, Ricardo Alexandre: **As educações que ensinam o racismo**. 2018. Disponível em:<<https://www.geledes.org.br/ninguem-nasce-odiando-para-ser-racista-e-preciso-ter-o-aprendizado-do-odio/>>. Acesso em: outubro 2018.

CRP-MG. **A psicologia e a população em situação de rua : novas propostas, velhos desafios**. Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais (CRP-MG), organizador. Belo Horizonte: CRP 04, 2015.

FARIAS PINHEIRO y OLIVEIRA DIAS. **Questão Social**: um conceito revisitado, In: Contribuciones a las Ciencias Sociales, febrero 200. Disponível em: <[www.eumed.net/rev/cccsc/03/fpod.htm](http://www.eumed.net/rev/cccsc/03/fpod.htm)>. Acesso em : outubro de 2018.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, Cortez, 2008.

LOPEZ DA SILVA, Maria Lucia. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995- 2005/** dissertação (mestrado ) Universidade de Brasília. Departamento de Serviço Social. Programa de pós-graduação em Política Social, 2006.

MACHADO, Ednéia Maria : **Questão Social , Objeto do Serviço Social**. REV SERV. SOC. REV., LONDRINA, V. 2, N. 2, P.39-47, JUL./DEZ. 1999

OURIQUES, Ciberen Quadros: **A PEDRA ANGULAR: Fundamentos utilizados pelo Serviço Social sobre População em Situação de Rua**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Florianópolis, SC. p.102-104, 2016 .

PRATES , J. C.; PRATES F. C. ; MACHADO S. **Populações em situação de rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento**. Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.191-215, jul./dez. 2011.

TELES DE CERQUEIRA, Amarantha Sá. **Evolução do Processo Social População em Situação de Rua: um estudo sobre pobreza, necessidades humanas e mínimos sociais**. 2011. 96f.TCC - Universidade de Brasília - UNB, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Serviço Social, Brasília, 2011.

THEODORO, J,O et al. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição** .Brasília: IPEA,2008.

PIERRE, Evens: **SERVIÇO SOCIAL, RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E DESIGUALDADES: EXPRESSÕES NO ENSINO SUPERIOR**: Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/ABEPSS/article/view/22825/15286>>. Acesso em : Maio 2019.

Artigo aceito ainda sem data de publicação: AHLERT, Betina e PIERRE, Evens; **“Depois de tudo até chegar neste momento me negar conhecimento é me negar o que é meu”**: algumas reflexões sobre as relações étnico-raciais e desigualdades no ensino superior, 2019.